

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.173 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 2000

Vai à sanção projeto que permite a adesão de escolas ao Simples

O Senado aprovou ontem projeto de lei que inclui creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental entre as empresas que podem optar pelo Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples). Como a matéria já havia sido aprovada pela Câmara, segue agora para sanção do presidente da República

PÁGINA 4

ENDIVIDAMENTO DE ESTADOS E
MUNICÍPIOS TERÁ MAIOR CONTROLE

PÁGINA 3

SENADO APROVA PROPOSTA QUE
PERMITIRÁ CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS

PÁGINA 3

Agenda

PLENÁRIO

Execução de dívida com a Previdência pode ser alterada

PÁGINA 4

CAS

Benefício para deficiente será analisado hoje

PÁGINA 4

CCJ

Fundo de pensão deve funcionar com novas regras

PÁGINA 6



O senador Antonio Carlos Magalhães e o ministro da Cultura, Francisco Weffort, participaram da abertura da exposição, no Salão Negro do Congresso

CARTA DE CAMINHA É ATRAÇÃO DA MOSTRA DO REDESCOBRIMENTO

PÁGINA 2



O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Ney Suassuna, recebeu delegação da Líbia, com quem discutiu as possibilidades de incremento comercial nas relações entre aquele país e o Brasil

PÁGINA 5

ACM confirma instalação de CPI do Futebol

Para o presidente do Senado, senador Antonio Carlos Magalhães, a investigação é fundamental e deve ser iniciada o mais rápido possível.

PÁGINA 2



Os diretores do Banco Central Carlos Eduardo e Tereza Grossi e o senador Ney Suassuna

Diretor do BC defende data para venda do Banestado

PÁGINA 5

Etiqueta

Antonio Carlos pede indicações para instalar a CPI do Futebol

Presidente do Senado garante que comissão será aberta porque “assunto interessa ao país inteiro e não pode ser postergado”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, voltou a defender ontem a instalação imediata de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a situação do futebol brasileiro. Ele espera receber logo dos líderes partidários as indicações dos integrantes da CPI.

Antonio Carlos descartou a possibilidade de que dirigentes esportivos possam impedir a realização da CPI, através de pressões:

– De minha parte, posso garantir que vamos fazer a CPI. Esse é

um assunto que interessa ao país inteiro, e não pode ser postergado – afirmou.

O senador entende que as denúncias de irregularidades que têm surgido na mídia demonstram que é preciso fazer algo em defesa do esporte e do futebol. Ele observou que a falta de êxito numa Olimpíada é normal, mas a maneira como ocorreu o fracasso pede uma investigação, para que situação semelhante não volte a acontecer.

Antonio Carlos afirmou que dependerá da decisão dos parlamen-

tares que estiverem participando das investigações convocar ou não para depor o ex-técnico da seleção brasileira Wanderley Luxemburgo.

Falando sobre a pauta dos próximos três meses que restam para o fim do ano, Antonio Carlos Magalhães garantiu que as matérias mais importantes serão votadas pelo Senado e que conversará com o deputado Michel Temer, presidente da Câmara, para que alguns projetos importantes possam ser votados pelo Congresso Nacional.

Segundo turno não prejudicará trabalho

O senador Antonio Carlos Magalhães previu ontem que o segundo turno da eleição de prefeitos em algumas capitais não deverá atrapalhar o trabalho do Senado. “Já temos uma pauta e vamos nos reunir para definir uma agenda com novos itens de votação”, disse Antonio Carlos. Apesar disso, destacou que o Congresso deve ser tolerante com quem vai trabalhar ou disputar o segundo turno.

Ao fazer uma avaliação das eleições municipais, Antonio Carlos Magalhães reconheceu que, “ine-

gavelmente”, o PT teve um crescimento, mas disse que o PFL também se saiu muito bem. Ele considerou “generosidade” do governador cearense, Tasso Jereissati, a avaliação de que ele, Antonio Carlos, teria sido o “grande vitorioso” nessa eleição:

– Nesse caso não há grandes vitoriosos, pois as vitórias são muito efêmeras na política e desaparecem em curto prazo – explicou.

Sobre a possibilidade de apoio do PFL ao candidato Paulo Maluf (PPB) no segundo turno da disputa

pela prefeitura de São Paulo, contra a candidata do PT, Marta Suplicy, Antonio Carlos revelou que o senador Jorge Bornhausen (SC), na condição de presidente do partido, deverá realizar consultas para decidir a questão:

– Não tenho definição sobre isto e tenho uma tese muito pessoal nesta questão – destacou Antonio Carlos: “Me dou bem com a Marta e com o Maluf e não tenho por que tomar uma decisão precipitada, sobretudo em um estado que não é o meu”, concluiu.

Presidente abre a Mostra do Redescobrimto

Com a presença do ministro da Cultura, Francisco Weffort, foi inaugurada ontem no Salão Negro do Congresso Nacional, pelo presidente Antonio Carlos Magalhães, parte da Mostra do Redescobrimto – Brasil + 500. Até o dia 15 de outubro, das 9h às 18h30, os visitantes poderão ver a carta que Pero Vaz de Caminha enviou ao rei dom Manoel I narrando o descobrimento. Estão expostas ainda 22 obras de artistas brasileiros e portugueses contemporâneos, retratando cenários narrados por Caminha. Na inauguração apresentaram-se dois corais de canto gregoriano, o dos Mon-

ges Beneditinos de Olinda (PE) e os Leigos de Coimbra, Portugal.

A Mostra do Redescobrimto recebeu a visita de mais de dois milhões de pessoas, entre abril e setembro deste ano, em São Paulo, classificada por Antonio Carlos como a mais bela exposição do gênero já feita no Brasil:

– Em São Paulo era um acervo notável. Mas infelizmente não pôde ser transportado integralmente, apesar de que deveria ser visto por todos – afirmou.

Antonio Carlos percorreu a exposição acompanhado do ministro Francisco

Weffort. Ele se deteve diante da Carta de Caminha:

– É preciso conhecer a Carta, que tem as impressões de quem chegou primeiro no Brasil. A Carta de Caminha, de tão significativa, deve ser examinada de tempos em tempos, pois chega a abrir perspectivas para o futuro – observou o senador.

Serviço – Visitação de 4 a 15 de outubro, das 9h às 18h30, no Salão Negro do Congresso Nacional. Escolas e grupos de até 50 pessoas podem agendar as visitas pelo telefone 311-2149. Entrada gratuita.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

15h30 – Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 49/2000, altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para estabelecer os procedimentos, no âmbito da Justiça do Trabalho, de execução das contribuições devidas à Previdência Social; segunda sessão de discussão em primeiro turno da PEC nº 87/99, que altera dispositivo da Constituição federal (Parágrafo 8º do art. 144 – constituição de guardas municipais); segunda sessão de discussão em primeiro turno da PEC nº 88/99, que altera os artigos 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional; PDL nº 82/2000, aprova o ato que autoriza o Clube de Mães de Idosos Lindalva Gomes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus (RN); PDL nº 190/2000, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Professora Astrogilda Mariano Damasceno para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita do Passa Quatro (SP); Requerimento nº 464/2000, do senador Pedro Simon, solicitando a retirada do PLS nº 488/99, com o PLC nº 77/97, que já se encontra apensado ao PLS nº 618/99, por regular a mesma matéria; e Requerimento nº 465/2000, do senador Osmar Dias, solicitando a retirada do PLS nº 141/2000 – Complementar, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Participação dos Servidores.

COMISSÕES

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 44/2000, acrescenta dispositivos à Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Cerde); institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes; PLC nº 10/94, dispõe sobre a remuneração mínima do assistente social; PLS nº 12/2000, dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.608/98, que dispõe sobre serviço voluntário; PLS nº 11/2000, altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; PLS nº 655/99, acrescenta o art. 456-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para dispor sobre as relações de emprego beneficiadas por incentivos; PLS nº 600/99, acrescenta parágrafo único ao art. 393 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para assegurar o pagamento dos salários à empregada gestante, demitida sem justa causa, até cinco meses após o parto; PLS nº 53/2000, cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FDE), para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; PLS nº 10/2000, que dispõe sobre a existência de acomodações separadas para fumantes e não fumantes em estabelecimentos hoteleiros; PLS nº 319/99, acrescenta dispositivo à Lei nº 3.268/57, que dispõe sobre os conselhos de Medicina; PLS nº 125/2000, que dispõe sobre a responsabilidade pela destinação final de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos e saneantes deteriorados ou com prazo de validade expirado; PLS nº 75/2000, altera a Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; PLS nº 216/99, que proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em todo o território nacional; e PLS nº 158/2000, que dispõe sobre a devolução do adiantamento da remuneração das férias, acrescentando novo parágrafo ao art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLC nº 52/97, regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, que dispõe sobre a gestão democrática do ensino público; PLS nº 302/99, que dispõe sobre a proibição da expressão “boa aparência” nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal; PEC nº 77/99, que imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição federal; PLS nº 444/99, que cria o Programa de Financiamento da Profissão Liberal (Fiprol), destinado a beneficiar profissionais recém-formados pelas universidades das regiões Norte e Nordeste; PLS nº 610/99, que institui normas para fixação de tarifas a serem cobradas pelo abastecimento de água e pelos serviços de esgotamento sanitário no país, regula a transferência do controle das instituições provedoras desses serviços; PLC nº 25/2000, que cria cargos no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região; emendas de Plenário nºs 1, 2 e 3 ao PLC nº 1/2000, que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas de suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar; PLC nº 32/2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação; emendas de Plenário nºs 4 a 7 ao PLC nº 34/99, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; e PLC nº 43/2000, que dispõe sobre a criação de procuradorias da República em municípios. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagem nº 164/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Ricardo Luiz Viana de Carvalho para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Suriname. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7*

ESPECIAL

9h às 18h30 – Mostra do Redescobrimto – Brasil + 500

12h – Cultura ao Meio-Dia

Filme: A batalha final, de Chris Roberts. Auditório Petrônio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Endividamento público terá maior controle

Juntamente com pedidos de operações de crédito interno e externo, estados, municípios e DF terão de apresentar ao Banco Central certidão emitida pelo TCU comprovando que estão cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução que amplia os mecanismos de controle do endividamento de estados e municípios. Para terem examinados os seus pedidos de operações de crédito interno e externo, as administrações estaduais e municipais, assim como a do Distrito Federal, terão de apresentar ao Banco Central certidão emitida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) comprovando estarem cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esta lei prevê restrições severas ao gastos realizados sem a contrapartida em receitas.

Oriundo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Financeiro, o projeto foi aprovado na forma de substitutivo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Originalmente, previa que o acesso aos empréstimos só poderia se dar mediante a comprovação de que o estado ou município estava cumprindo a Lei

9.755/98, ou seja, havia entregue ao TCU dados detalhados sobre suas finanças para integrar a página do tribunal na Internet.

Em seu relatório à CAE, o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) manifestou-se favorável à emenda substitutiva apresentada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), trocando o envio dos dados na forma eletrônica ao TCU pelo certificado de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo Luiz Otávio, um grande número de municípios não teria condições de alimentar a página do TCU no curto espaço de tempo previsto pela Lei 9.755.

— Não estamos seguros de que seja razoável exigir que estados e municípios divulguem, via Internet, todos os seus orçamentos, resumos de contratos, comunicações e relações mensais de compras feitas pelas respectivas administrações direta e indireta — disse Luiz Otávio.



No Plenário, os senadores decidiram evitar o aumento excessivo de partes legitimadas para propor ações em juizado especial

Embaixador para República Tcheca é aprovado

Em votação secreta, o Senado aprovou o nome do diplomata Francisco de Paula de Almeida Nogueira Junqueira, ministro de primeira classe do Itamaraty, para assumir o cargo de embaixador do Brasil junto à República Tcheca. Foram registrados 49 votos a favor, dois contrários e duas abstenções.

Projeto de Rocha sobre Lei Pelé será arquivado

O Senado considerou prejudicado projeto de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP)



Sebastião Rocha

que altera a Lei Pelé (que institui normas gerais sobre o desporto), prorrogando o prazo para a transformação dos clubes em empresas até 30 de junho de 2002. A proposta será arquivada.

Os senadores concluíram que a edição recente de uma norma, tornando facultativa a transformação de entidades de prática desportiva participantes de competições profissionais em empresas, tornou sem efeito a proposta de Sebastião Rocha.

Renovadas permissões para emissoras de rádio

Em votação simbólica, o Senado aprovou ontem decretos legislativos renovando a permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora, em FM, do Sistema de Radiodifusão Araxá, da cidade de Araxá, Minas Gerais.

Também foi renovada a permissão da Associação Comunitária de Radiodifusão Associada, de Cururupu, no estado do Maranhão. Os decretos legislativos aprovados vão a promulgação.

O QUE DIZ A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

- Nenhum prefeito, governador ou o presidente da República poderá dar reajuste salarial seis meses antes do fim do mandato
- As despesas continuadas (superiores a dois anos) só poderão ser reajustadas se houver aumento de impostos ou corte de despesas
- Nunca a União poderá gastar mais que 50% de suas receitas com pessoal, enquanto estados e municípios ficam limitados a 60%
- Quando o gasto com pessoal estiver chegando ao limite, a administração não poderá dar aumentos, pagar horas extras, criar cargos, alterar plano de carreira. É facultada a redução temporária da jornada de trabalho, com redução salarial proporcional
- Nos oito meses anteriores às eleições, não se poderá iniciar obra que não seja concluída até o final do mandato
- O dinheiro público só poderá ser empregado no socorro a bancos se uma lei específica autorizar

Consolidação das leis federais volta a ser examinada pela Câmara

As leis federais serão reunidas em codificações e consolidações, integradas por volumes que contenham matérias conexas ou afins, constituindo em seu todo a Consolidação da Legislação Federal. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem pelo Senado, na forma de substitutivo, e retorna à deliberação da Câmara dos Deputados.

Essa consolidação se fará mediante integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal. Pelo texto aprovado, logo após a elaboração dessa

consolidação, o Executivo deverá disponibilizar os respectivos textos na Internet, pelo prazo mínimo de dez dias, para análise da sociedade.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) considerou o projeto, de iniciativa do Executivo, insuficiente e pouco claro em relação a aspectos importantes do cotidiano da produção legislativa. Por isso, ele resolveu aprimorar o texto, apresentando o substitutivo que foi aprovado.

Microempresa pode ganhar acesso a juizados especiais

O Senado aprovou, com emendas, projeto originário da Câmara admitindo a microempresa entre os organismos com legitimidade para propor ação em juizados especiais. Na forma em que veio da Câmara, o projeto estendia esse benefício também a entidades beneficentes ou assistenciais e aos condomínios, quando representados pessoalmente pelo síndico. Como o texto foi alterado no Senado, volta à deliberação dos deputados.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Amir Lando (PMDB-

RO) argumentou que, da maneira aprovada pela Câmara, o projeto aumentava excessivamente os legitimados a propor ação em juizado especial, ampliando, proporcionalmente, o número de processos apresentados nesse tipo de Justiça.

Ele ponderou não ser conveniente estender a todas as pessoas o acesso à Justiça especial, para não dificultar o acesso do cidadão comum, que é quem tem prioridade nessa Justiça. Por isso, apresentou três emendas, acrescentando apenas a microempresa aos que têm direito de acesso aos juizados especiais. As emendas foram aprovadas.

Acordo garante cooperação do Brasil com Peru na diplomacia

O Plenário do Senado aprovou ontem o texto do acordo firmado entre os governos do Brasil e do Peru sobre cooperação entre as academias diplomáticas dos dois países, celebrado em Lima, em 21 de julho do ano passado. O acordo, com vigência de três anos, podendo ser renovado por igual período, tem como objetivo proporcionar uma melhor formação e capacitação do pessoal do serviço exterior.

O Instituto Rio Branco do Brasil e a Academia Diplomática do Peru, segundo o acordo, manterão um ativo intercâmbio de informação sobre seus respectivos programas de estudos, cursos, seminários e outras atividades acadêmicas. As duas instituições facilitarão o intercâmbio de professores, conferencistas, peritos e pesquisadores para dissertar sobre assuntos de sua especialidade.

Creches e escolas agora poderão optar pelo Simples

Vai à sanção projeto aprovado pelo Plenário do Senado que inclui colégios entre os beneficiários do sistema tributário das microempresas

O Plenário aprovou ontem, em regime de urgência, projeto da Câmara que inclui creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental entre os beneficiários do Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples). O projeto segue agora para sanção presidencial.

A proposta foi relatada favoravelmente pelo senador José Jorge (PFL-PE) na Comissão de Educação (CE) e pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto aumenta em 50% os percentuais devidos sobre a receita bruta apurada pelas escolas. Assim, se o faturamento for de até R\$ 60



O senador José Jorge relatou a matéria na CE

mil, o imposto a ser pago será de 4,5%. Para um faturamento entre R\$ 60 mil e R\$ 90 mil, o imposto devido será de 8%; e para uma receita bruta de R\$ 90 mil a R\$ 120 mil, o pagamento deverá ser de 10%.

A CE e a CAE rejeitaram emenda do senador Clodoaldo Torres (PTB-PE) que incluía as construtoras entre os beneficiários do Simples. Para José Jorge, a alteração deve ser apreciada em outra oportunidade.

Autorizadas renovações de concessão de rádio e televisão

A Comissão de Educação autorizou ontem projetos de decreto legislativo renovando concessões e outorgando permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora e de imagens nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Espírito Santo. As matérias vão agora para o Plenário.

Os membros da comissão aprovaram a renovação das concessões da TV Record, de Franca; da Fundação Cultural de Radiodifusão Arthur de Souza Valle, em Nova Odessa; e do Sistema Nova Difusora,

em Olímpia, e a renovação da permissão da emissora Diário Rádio e Televisão, em Sertãozinho, no estado de São Paulo.

Também foi aprovada a renovação das concessões da Rádio Pomerode, da cidade de Pomerode, e da Rádio Clube de Indaial, ambas em Santa Catarina.

Os senadores aprovaram, ainda, a outorga de permissão à Rádio Cultura Venda Nova FM, de Ibatiba, no Espírito Santo, para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

Proposta que modifica a CLT será votada hoje

O Senado vota hoje o projeto de lei que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para estabelecer novos procedimentos, no âmbito da Justiça do Trabalho, de execução das contribuições devidas à Previdência Social. De autoria do Poder Executivo, o projeto tem como objetivo agilizar o recolhimento das contribuições sociais provenientes de reclamações trabalhistas.

Segundo o Ministério da Previdência e Assistência Social, entre junho de 1999 e fevereiro de 2000, cerca de R\$ 315 milhões foram

pagos à Previdência em decorrência dessas ações trabalhistas.

Também consta da pauta a proposta de emenda constitucional que reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional. A intenção é facilitar o funcionamento do Legislativo. Pelo texto proposto, a Câmara dos Deputados e o Senado deverão se reunir conjuntamente somente para inaugurar sessão legislativa ordinária, receber o compromisso e dar posse ao presidente da República e ao vice-presidente, promulgar emenda à Constituição e

receptionar chefe de Estado.

O Plenário vota ainda a autorização para que os municípios possam constituir guardas públicas destinadas não somente à proteção de bens públicos, mas também para, através de convênio com o estado, executar serviços de policiamento ostensivo e preventivo.

Também serão votadas permissões para o serviço de radiodifusão do Clube de Mães e Idosos Lindalva Gomes, em Bom Jesus (RN), e da Fundação Cultural Professora Astrogilda Mariano Damasceno, em Santa Rita do Passa Quatro (SP).

CAS analisa projeto que facilita a entrada de deficientes no mercado de trabalho

Projeto de lei do governo federal que pretende facilitar a inserção de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em reunião marcada para as 9h de hoje. O relator, senador Moreira Mendes (PFL-RO), é favorável à proposta. Se a CAS aprovar o parecer, o projeto, já aprovado pela Câmara, segue para análise do Plenário.

A proposta busca adequar a legislação brasileira a princípios

constitucionais e tratados internacionais assinados pelo Brasil, que têm por finalidade garantir cidadania plena aos deficientes. Um dos dispositivos do projeto permite que o engajamento do portador de deficiência no mercado de trabalho seja feito por entidades beneficentes, com procedimentos e apoios especiais.

— O trabalho constitui o meio mais eficaz para promover a integração social e o desenvolvimento pessoal de todo ser huma-

no — afirma o relator.

A CAS tem mais 12 projetos em sua pauta, e um deles é a proposta da senadora Marina Silva (PT-AC) que estabelece a reserva de uma quota do Fundo de Participação dos Estados para as unidades da Federação que abrigarem unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas. Como relator, o senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MT) é favorável à matéria.

Outra proposta de Marina que está



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 2000

- 1** Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2000-Complementar. Presidente da República. Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Resultado: Aprovada a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), fica prejudicado o projeto. Votaram: Sim: 55. Não: 00. Abs: 01. Total:56. A matéria volta à Câmara dos Deputados.
- 2** Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 1999. Senador Romeu Tuma e outros. Altera dispositivo da Constituição federal (§ 8º do art. 144 — constituição de guardas municipais). Resultado: Encerrado o primeiro dia de discussão. A discussão terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa ordinária.
- 3** Proposta de Emenda à Constituição nº 88, de 1999. Senador Lúcio Alcântara e outros. Altera os arts. 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional. Resultado: Encerrado o primeiro dia de discussão, em 1º turno. A discussão terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa ordinária.
- 4** Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1996. Amplia a legitimação para causas perante os juizados especiais cíveis e dá outras providências. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 a 4-CCJ. A matéria volta à Câmara.
- 5** Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 1999. Renova a permissão outorgada ao Sistema de Radiodifusão FM de Araxá (MG). Resultado: Aprovado. A promulgação.
- 6** Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2000. Autoriza serviço de radiodifusão comunitária em FM à Associação Comunitária de Radiodifusão Associada de Cururupe (MA). Resultado: Aprovado. A promulgação.
- 7** Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2000. Aprova o texto do Acordo entre o Brasil e o Peru sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas, celebrado em Lima, em 21 de julho de 1999. Resultado: Aprovado. A promulgação.
- 8** Projeto de Resolução nº 134, de 1999. CPI do Sistema Financeiro. Altera a Resolução do Senado Federal nº 78, de 1998, que “dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autoridades, e dá outras providências”. Resultado: Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto. A matéria vai à Comissão Diretora, a fim de redigir o vencido para o turno suplementar. Lido parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação do vencido.
- 9** Requerimento nº 362, de 2000. Senador Roberto Requião. Solicita, nos termos regimentais, que o Projeto de Resolução nº 80, de 1999, de sua autoria, seja despensado do Projeto de Resolução nº 81, de 1999, de forma a retomar sua tramitação própria. Resultado: Aprovado. O PRS nº 80, de 1999, passa a ter tramitação autônoma, retorna à CCJ e, posteriormente, vai à Cdir. As demais matérias continuam a tramitar em conjunto, voltando, também, ao exame da CCJ, e posteriormente à Cdir.
- 10** Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2000. Senador Sebastião Rocha. Altera o art. 94 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, prorrogando o prazo para a transformação dos clubes em empresas até 30/6/2002. Resultado: A Presidência, nos termos do art. 334, “a”, do Regimento Interno, declara prejudicada a matéria. O Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2000, vai ao Arquivo.
- 11** Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2000. Altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte — Simples. Resultado: Aprovado o projeto e rejeitada a Emenda nº 1-Plen. À sanção.
- 12** Mensagem nº 119, de 2000. Presidente da República. Submete o nome de Francisco de Paula de Almeida Nogueira Junqueira para exercer a função de embaixador junto à República Tcheca. Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 49. Não: 02. Abs: 02. Total:53. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

na pauta da CAS é o projeto de lei que proíbe o plantio e a comercialização no país, por um período de cinco anos, de alimentos transgênicos (geneticamente modificados) ou derivados. O relator, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), recomenda a aprovação da matéria, que tramita em caráter terminativo.

Marina é relatora do projeto de lei do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) determinando que a empregada gestante demitida sem justa causa receba o salário até cinco

meses após o parto. Para a relatora, a proposta deve ser aprovada terminativamente pela CAS. O projeto que exige a reserva de acomodações para hóspedes fumantes e não fumantes em hotéis, da ex-senadora Luzia Toledo, também tem parecer favorável do senador Ribamar Figueiredo (PFL-MA) e pode ser aprovado em caráter terminativo.

A Comissão de Assuntos Sociais é presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR).

BC defende manutenção do leilão do Banestado

Diretores do Banco Central afirmam em audiência pública na CAE que “é de interesse nacional” que a privatização do banco seja mantida

O diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais do Banco Central (BC), Carlos Eduardo de Freitas, defendeu ontem em audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a manutenção da data de 17 de outubro para o leilão de privatização do Banestado:

— É do interesse nacional que a privatização se realize na data marcada, pois qualquer adiamento poderá ter reflexos sobre o patrimônio público — afirmou Freitas na audiência realizada a partir de requerimento do senador Osmar Dias (PSDB-PR), que apontou diversas irregularidades na gestão do banco. Mas o diretor do BC disse que a privatização não interromperá a apuração de responsabilidades.

Osmar Dias lembrou que, apesar de R\$ 5,1 bilhões terem sido injetados no processo de saneamento do Banestado, o banco será negociado pelo preço mínimo de R\$ 434 milhões, inferior ao valor de seu patrimônio líquido. Questionou a gestão da Banestado Leasing, que chegou a oferecer desconto de 94% em financiamento a um *shopping center*; e a garantia de manutenção no



Os diretores do Banco Central confirmaram que foram muitas as irregularidades encontradas na Banestado Leasing

banco, por cinco anos, do monopólio dos depósitos tributários feitos pelo governo paranaense:

— O lucro obtido a partir desse monopólio já bastará para que a compra do banco se pague em três anos — observou Dias.

Freitas disse que a manutenção dos depósitos estaduais servirá como atrativo para os candidatos à privatização — que já incluem três bancos nacionais e dois estrangeiros. Por sua vez, a diretora de Fiscalização do BC, Tereza Grossi, concordou com as acusações feitas por Osmar Dias em relação à gestão do Banestado. “O que encontramos lá foi estarecedor”, afirmou, lembrando que as irregularidades estão sendo apuradas por procedimento administrativo. Ela defendeu a mudança da legislação, para per-

mitir que o BC possa atuar preventivamente em situações semelhantes.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse ter notado uma defesa clara, por Carlos Eduardo de Freitas, do que classificou de “negociata” entre o governo do Paraná e o Banco Central, para permitir a privatização do Banestado. Freitas repeliu a afirmação, que considerou uma “ofensa pessoal, gratuita e não verdadeira”.

José Alencar (PMDB-MG) e Edison Lobão (PFL-MA) afirmaram que os bancos estaduais são responsáveis por boa parte da dívida pública. O presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), defendeu a realização de amplo levantamento dos processos administrativos abertos contra diretores de bancos de todo o país.

Em debate, novos critérios para estados pagarem dívidas

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), relator do projeto de resolução do senador José Alencar (PMDB-MG) que torna válida a renegociação das dívidas de Minas Gerais com a União, propõe que seja reduzido de 13% para 7,5% o percentual das receitas dos estados que pode ser comprometido com o pagamento da dívida. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) começou a discussão do projeto ontem, mas a sessão foi interrompida para que fosse recepcionada uma delegação oficial da Líbia.

Saturnino propôs diminuir o percentual a ser pago para abater a dívida renegociada sob o argumento de que a queda nas taxas de juros permitiu grande economia ao governo federal. O senador entende que essa economia com juros deve ser dividida com os estados. A proposta de Saturnino altera o substitutivo do senador Roberto Requião (PMDB-



Saturnino (D) defende queda do nível de comprometimento da receita dos estados com juros

PR) aprovado em 1999 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Requião havia ampliado o alcance do projeto a outros estados em situação semelhante à de Minas Gerais.

Alencar argumentou que a redução do percentual previsto nos contratos de refinanciamento dará aos estados capacidade para investir em educação, saúde e segurança pública, pois, com as receitas comprometidas como estão atualmente, os governos não têm “um real sequer” para investir em obras. O senador chegou a levan-

tar a possibilidade de os estados serem obrigados a demitir servidores por falta de recursos.

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) ponderou que a proposta de Alencar pode ter efeitos negativos nas taxas de juros no país, o que impediria a sua redução. Ou seja, para ele, os efeitos da resolução podem não ser tão positivos como diz Alencar, reduzindo o crescimento e a arrecadação dos estados. O senador mineiro discordou porque, na sua opinião, trata-se de uma questão de aritmética simples.

Suassuna destaca esforço da CAE pelo crescimento das exportações

A ação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pela ampliação das exportações brasileiras foi destacada ontem por seu presidente, senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Suassuna lembrou que o Senado dos Estados Unidos tem atuação permanente nesse setor, o que começa agora a ser feito pelo Senado do Brasil, sob a liderança da CAE.

Ney Suassuna observou que os 15 produtos brasileiros mais exportados para os Estados Unidos estão sujeitos a uma alíquota de importação de 45%, enquanto os 15 produtos norte-americanos mais importados pelo Brasil pagam aqui uma alíquota de 15%.

O senador lembrou que o Brasil precisa aumentar em 10% ao ano suas exportações, para pagar a dívida externa.

Ao abrir a reunião de ontem, o presidente da comissão destacou a visita, no mesmo dia, de representantes comerciais do governo da Líbia, país com o qual o Brasil já teve um comércio equivalente a US\$ 2 bilhões anuais — hoje, o comércio com a Líbia encontra-se significativamente reduzido.

Ney Suassuna afirmou que a CAE já recepcionou representantes comerciais de Taiwan e recebe, no próximo dia 17, uma missão da República Tcheca.

Senador apóia incremento das relações entre Brasil e Líbia

As relações comerciais entre Brasil e Líbia deverão ser incrementadas, segundo afirmou o presidente da CAE, senador Ney Suassuna, que recebeu uma delegação do governo daquele país. Os representantes da Líbia demonstraram interesse em comprar do Brasil vários produtos — entre os quais açúcar, café, arroz e grãos. Suassuna disse que em troca o Brasil pode adquirir petróleo da Líbia, além de desenvolver relações bilaterais nas áreas de educação e saúde.

O senador sugeriu que o Brasil envie à Líbia um grupo de empresários com o objetivo de comercializar produtos nacionais junto ao governo e empresários daquele país. E acrescentou que, no passado, o intercâmbio comercial entre os dois países chegou na casa de US\$ 2 bilhões, enquanto hoje está em algumas centenas de milhões de dólares, o que considera inaceitável.

Antes de a delegação comparecer à CAE, Ney Suassuna recebeu

os líbios em seu gabinete. Disse que estava feliz em manter contato com empresários e representantes do governo líbio e informou que o Brasil está disposto a estreitar, concretamente, as relações comerciais com aquele país, a exemplo do que vem sendo feito com a Argélia, Ucrânia, Nigéria e Taiwan.

— Irei trabalhar muito para que o comércio entre os dois países seja fortalecido — disse Ney Suassuna, ao ouvir do atual assessor econômico do governo líbio e ex-ministro das Relações Exteriores, Omar M. Almntaser, a promessa de que a Líbia também irá intensificar os laços comerciais com o Brasil.

A delegação líbia que está em visita ao país é composta por 19 membros, entre os quais o secretário nacional do Comitê do Petróleo, o diretor da Companhia Nacional de Abastecimento e o secretário nacional da Companhia Árabe-Líbia de Investimentos Externos.



Suassuna (segundo da esquerda para a direita): “Irei trabalhar muito para que o comércio entre os dois países seja fortalecido”

Infra-estrutura terá menos verbas em 2001

Conforme a proposta de Orçamento, o total de recursos a serem investidos no setor no próximo ano deve ser menor que em 2000. Já a área social deve receber mais dinheiro

No Orçamento da União para 2001, o Executivo está propondo ao Congresso aumento dos investimentos sociais, comparando-se ao que foi aprovado para este ano. A proposta, no entanto, faz cortes nos recursos destinados às obras de infra-estrutura. Apesar dessa nova orientação, os investimentos do Tesouro Nacional em 2001 – R\$ 121,1 bilhões – serão praticamente os mesmos em relação a 2000.

O Ministério da Saúde receberá 35,6% a mais. Já as verbas destinadas ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) cairão exatamente 46,9%. Mesmo com os cortes, os investimentos em transportes continuarão sendo os mais elevados de todo o Orçamento, somando R\$ 2,67 bilhões. Conforme a proposta do governo, que poderá ser alterada pelo Congresso, serão beneficiadas obras que integram sete corredores de transportes, especialmente os eixos rodoviários de integração e desenvolvimento nacional.

A maior verba dos transportes para apenas uma obra será destinada ao trecho mineiro de dupli-



cação da rodovia Fernando Dias, que liga Belo Horizonte (MG) a São Paulo (SP). São exatamente R\$ 154 milhões. O segundo maior investimento, caso o Congresso não altere o

projeto orçamentário, será para o sistema de trens urbanos de Fortaleza (CE), com R\$ 107 milhões. Trechos rodoviários e melhoria de portos do Nordeste receberão R\$ 177 milhões, enquanto o corredor conhecido como Mercosul ficará com R\$ R\$ 266 milhões. A restauração e conservação preventiva de rodovias podem contar no próximo ano com verba de R\$ 809 milhões.

Apesar de integrar o setor de infra-estrutura, o Ministério das Comunicações direcionará seus investimentos em 2001 basicamente para a área social. O ministério investirá R\$ 1,09 bilhão em projetos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, formado pela cobrança de percentual do faturamento das companhias telefônicas. As verbas se destinam à instalação de telefones em comunidades rurais, naquelas com menos de 100 habitantes,

INVESTIMENTOS FISCAIS NAS REGIÕES		
Região	EM 2001 (Em R\$ milhões)	
	Autorizado 2000	Projeto 2001
Centro-Oeste	1.127	575
Norte	1.298	978
Sul	1.100	558
Sudeste	1.661	1.026
Nordeste	2.715	3.120
Nacional	4.239	5.869

Fonte: Projeto de Orçamento 2001

em áreas remotas e de fronteira e em serviços de rede digitais de informação em escolas públicas, hospitais e bibliotecas.

Na área social, o maior investimento ficará com o Ministério da Saúde. São previstos R\$ 1,95 bilhão para a compra de equipamentos e construção e reforma de hospitais. O valor equivale a menos de um décimo de todos os gastos com saúde, projetados em R\$ 24,9 bilhões. A seguir vêm os investimentos dos comandos militares (equipamentos, Sivam), com R\$ 1,43 bilhão; o Ministério da Integração Nacional (projetos de irrigação), com R\$ 943 milhões; Educação (universidades, equipamentos), com R\$ 821 milhões; Justiça (construção e reforma de penitenciárias), com R\$ 779 milhões; e a área de ciência e tecnologia, com R\$ 506 milhões. Entre os ministé-

rios, os menores investimentos serão destinados à Previdência Social (R\$ 37 milhões) e à cultura (R\$ 19,7 milhões).

Conforme nota técnica preparada pelas consultorias de Orçamento e Fiscalização da Câmara e do Senado, a única região do país que terá investimentos federais aumentados em 2001 será o Nordeste. Do total de R\$ 12,1 bilhões de investimentos federais, exatamente R\$ 3,1 bilhões serão direcionados para os estados nordestinos. A região Sudeste, a segunda em volume de investimentos, receberá R\$ 1 bilhão. Também sairão perdendo o Sul, o Centro-Oeste e o Norte (*veja quadro acima*). Os investimentos caracterizados pelo Executivo como “nacionais”, por sua vez, aumentarão 38,5%, chegando em 2001 a R\$ 5,8 bilhões.

Comissão do Orçamento ouvirá Pedro Malan e Martus Tavares

A Comissão Mista de Orçamento deverá ouvir, nos próximos dias, os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares. Eles falarão sobre as metas econômicas contidas no projeto de Orçamento para 2001 e as previsões de receitas da União.



Pedro Malan deve falar sobre as metas econômicas para o próximo ano

A sugestão para o convite a Pedro Malan foi feita ontem pelo presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP). O relator-geral da proposta orçamentária, senador Amir Lando (PMDB-RO), propôs a convocação de Martus Tavares, por entender que o responsável pela pasta do Planejamento tem mais condições de explicar aos parlamentares a proposta de Orçamento.

Lando e Goldman reúnem-se amanhã com os parlamentares integrantes de dois comitês da comis-

são que cuidam das receitas e do acompanhamento orçamentário, inclusive das obras com irregularidades. Haverá ainda reunião com líderes partidários na comissão, que devem decidir que medidas práticas podem ser tomadas para acelerar a votação do projeto orçamentário até 15 de dezembro.

Alberto Goldman tem alertado que a atual Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) limitou bastante o uso de duodécimos do orçamento original nos meses de janeiro e fevereiro. Assim, caso a proposta não seja votada a tempo pelo Congresso, o Executivo só poderá liberar dinheiro em janeiro e fevereiro para pagar pessoal e dívidas. Nessa situação, o governo reteria todas as verbas para investimentos, até a aprovação final do projeto e sua sanção pelo presidente da República.

Lobão elogia distribuição do projeto de Orçamento em CD-ROM

A distribuição em CD-ROM do projeto de lei orçamentária para 2001 recebeu elogios do senador Edison Lobão (PFL-MA). Segundo disse, a iniciativa trará facilidades para o trabalho dos parlamentares que deverão analisar a proposta de Orçamento. “Não mais se-



Edison Lobão: a iniciativa facilitará o trabalho dos parlamentares

remos obrigados a enfrentar as seculares e massudas folhas da imprensa oficial, tentando localizar, em meio às milhares de páginas, aquelas que, pelo nosso dever de ofício, têm de ser localizadas”, afirmou.

Lobão disse ainda que a reprodução do projeto em papel para distribuição aos senadores teria um custo altíssimo, além da dificultar o cumprimento de prazos regimentais de tramitação. A idéia de disponibilizar a proposta em CD-ROM, lembrou, partiu do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

– É com muito orgulho que vimos constatando, a cada dia, a posição de vanguarda do Senado nas iniciativas que aproximam esta Casa das comunidades que aqui representamos. Essa posição de vanguarda não se limita ao território brasileiro, mas abrange o mundo, pois raros são os parlamentos que já contam com o instrumental de trabalho que se realiza aqui no Brasil – assinalou Lobão.

O senador destacou ainda o trabalho desenvolvido pela Comissão Diretora do Senado, que, através de meios como a Rádio e a TV Senado, da Interlegis (rede que liga as assembleias legislativas e câmaras de vereadores de todo o país ao Senado) e da alta qualificação dos servidores, tem criado condições que permitem o avanço tecnológico da Casa em benefício da população.

CCJ analisa mudança na previdência complementar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) retoma os trabalhos, após o primeiro turno das eleições municipais, com pauta cheia. Serão apreciados hoje dez projetos, entre eles o que trata das relações entre a União, estados, Distrito Federal e municípios com entidades privadas de previdência complementar.

O projeto, de iniciativa do Poder Executivo, faz parte da reforma da Previdência Social. Segundo a justificativa, o objetivo da proposta é modernizar, profissionalizar e expandir a previdência complementar, além de dar maior credibilidade ao setor e possibilitar um controle mais efetivo na utilização de recursos públicos destinados a entidades fechadas de previdência.

Várias alterações são feitas na atual legislação pela proposta. Propõe-se, inclusive, a criação da figura do “avaliador de gestão”. Caberá a esse profissional tomar decisões quanto ao tipo de aplicação mais adequada, de acordo com o perfil da massa de participantes de cada um dos planos de benefícios.

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), apresentou emenda impedindo que os fundos de pensão de estatais tenham o controle de empresas privatizadas. Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL), líder do Bloco Oposição, defende, também por meio de emenda, maior paridade entre participantes e patrocinadores nos conselhos deliberativos dos respectivos fundos. O relator da matéria, senador José Fogaça (PMDB-RS), informou que vai acolher as duas sugestões.

Na mesma reunião, a CCJ, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), examina também projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que proíbe a expressão “boa aparência” nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal. O relator da matéria, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), é favorável à aprovação da proposta. Consta ainda da pauta projeto do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que regula a transferência do controle das empresas responsáveis pelo abastecimento de água e serviços sanitários no país. A comissão vota também projeto que beneficia os alunos recém-formados pelas universidades do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Roberto Requião critica decisões do STF

Segundo o senador, o Supremo Tribunal Federal errou ao considerar símbolo nacional a fazenda Córrego da Ponte, pertencente à família do presidente Fernando Henrique Cardoso, e ao conceder prisão semi-aberta a Jorgina de Freitas

Para Roberto Requião, o país não pode aceitar as "brincadeiras" do STF



O senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou ontem a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de caracterizar como símbolo nacional a fazenda Córrego da Ponte, pertencente à família do presidente Fernando Henrique Cardoso, o que permite a sua guarda por tropas federais. Requião também classificou como erros do STF a concessão de prisão semi-aberta à advogada Jorgina de Freitas, fraudadora do INSS, e a declaração de inconstitucionalidade da lei aprovada pelo Congresso para anistiar multas eleitorais.

Segundo Requião, há fortes indícios de sonegação de Imposto de Renda na operação de transferência de compra da fazenda,

localizada no município de Buritis (MG). O senador leu durante seu discurso trechos de reportagem sobre o assunto publicada pela revista *IstoÉ* em novembro de 1993. Segundo a publicação, a fazenda teria sido vendida a Fernando Henrique, em 1989, por valor equivalente a US\$ 2 mil, apesar de estar avaliada em R\$ 500 mil. A propriedade, de 1.046 hectares, teria sido adquirida anos antes pelo vendedor, Pedro Cesar Hartmann, por US\$ 140 mil.

— Essa fazenda não poderia ser considerada símbolo nacional, a não ser que fosse na Nicarágua de Somoza — disse Requião. Ele acredita que a área foi adquirida com dinheiro proveniente de sobras de campanhas eleitorais, já que o pre-

sidente a comprou em sociedade com o ex-ministro das Comunicações Sérgio Motta, caixa de diversas campanhas eleitorais de membros do PSDB, principalmente as de Fernando Henrique, afirmou.

Outro indício de fraude fiscal, conforme o senador, foi a transferência da fazenda, em 1991, para uma empresa de Fernando Henrique e Motta por valor equivalente a US\$ 20 mil. À época, Fernando Henrique era senador. Em 1993, ele passou a ocupar o Ministério das Relações Exteriores e em seguida foi nomeado ministro da Fazenda.

Para Requião, o país não pode aceitar o que chamou de "brincadeira" do STF, antes um tribunal "respeitado".

Festa do Círio de Nazaré será domingo, registra Luiz Otávio

Ao registrar que no próximo domingo, dia 8, será realizada em Belém (PA) a festa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) fez um histórico dessa celebração paraense, que ocorre desde 1793, e falou sobre a importância da religião para a Humanidade. Ele destacou que desde o início do ano 2000 o arcebispo de Belém, a diretoria da festa, o vigário de Nazaré, lideranças comunitárias e milhares de pessoas da comunidade vêm se preparando para o último grande encontro religioso do milênio no Pará.

Luiz Otávio lembrou que a devoção do povo paraense ao Círio de Nazaré teve sua origem há vários séculos na cidade de Nazaré, na Galiléia, onde foi esculpida a imagem original

da santa, representando a Virgem Maria, com o Menino Jesus aos braços. Depois de passar pela África, Espanha e Portugal, há 300 anos a imagem foi encontrada por um lenhador paraense, Plácido José de Sousa.



Luiz Otávio lembra que a devoção começou há séculos

Em 7 de setembro de 1793, de acordo com o relato de Luiz Otávio, o governador dom Francisco Coutinho conduziu pelas ruas de Belém a imagem da santa até a capela do Palácio do Governo e, no dia seguinte, uma grande procissão percorreu caminho idêntico, que é o mesmo trajeto seguido nos dias de hoje.

O senador pelo Pará destacou que a festa de Nazaré incorpora aspectos religiosos e também manifestações da cultura e costumes do estado.

Alcântara aponta avanços com uso da urna eletrônica nas eleições municipais

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apontou avanços nas eleições municipais, ocorridas domingo, e aplaudiu o sucesso alcançado pela Justiça Eleitoral com a utilização da urna eletrônica em todo o país. Segundo Alcântara, merece elogio o empenho na implantação da votação eletrônica, que tornou a apuração mais rápida e menos sujeita a fraudes. "Acabou o 'mapismo' e a angústia do candidato na espera do resultado da votação", disse o senador.

Lúcio Alcântara também analisou o instituto da reeleição. Foi

destacado por ele o fato de muitos prefeitos não terem sido reeleitos, mostrando, afirmou, que o instituto da reeleição não significa garantia de vitória para os ocupantes de cargos no Executivo. Muitos prefeitos "foram rechaçados pelo eleitorado".

O senador também comentou a corrupção eleitoral, que este ano não ocorreu na intensidade costumeira, avaliou. O pleito de 1º de outubro foi "um dos menos influen-



Lúcio Alcântara destacou o sucesso das eleições de domingo

ciados pela corrupção". A única falha apontada nesse pleito foi a mudança no sistema de justificação de voto, anteriormente feita nas agências dos Correios de maneira simples e eficiente, que este ano provocou "filas quilométricas".

O senador também assinalou a menor utilização indevida dos meios de comunicação e disse que a mudança se deve ao rigor da Lei Eleitoral.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Agenda Econômica* — Everardo Maciel, secretário da Receita Federal, fala sobre sonegação de impostos
7h30 — *Entrevista* — Professor Antônio Ibañez, da UnB, fala sobre a educação para a ciência
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — PCN — Matemática — Por que as coisas são como são
9h — Comissão de Assuntos Sociais (vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
13h30 — *Agenda Econômica* — Everardo Maciel
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
18h30 — *Entrevista* — Dorival Correia Bruni, presidente do Instituto Ambiental Biosfera, fala sobre o "Forest"
19h — *Cores do Brasil* — São Luís do Maranhão
19h30 — *Agenda Econômica* — Everardo Maciel
20h30 — *Entrevista* — Professor Antônio Ibañez

21h — *Jornal do Senado*

21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
9h — Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste. Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Patrocínio elogia atuação da Justiça Eleitoral

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou, em discurso ontem no Plenário, a atuação dos tribunais e juizes que comandaram domingo as eleições municipais. Poucas horas após o término da votação, 90% dos votos já estavam apurados, destacou Patrocínio. O senador disse que o processo eleitoral é o movimento social mais importante de qualquer nação e apontou que, com a informatização, é mínima a possibilidade de fraude.

Algumas críticas ao andamento do pleito, no entanto, foram feitas por Carlos Patrocínio. O senador afirmou que muitos eleitores não encontra-



Carlos Patrocínio: algumas mudanças são necessárias

ram seus nomes nas listas das seções eleitorais e que, nesse caso, não havia forma alternativa de votação. Segundo disse, pelo menos três mil pessoas ficaram nessa situação em sua cidade, Araguaína. Patrocínio ainda está aguardando que a Justiça Eleitoral forneça dados mais precisos sobre o problema. Ele defende que, quando a culpa não é do eleitor, deve-se encontrar uma forma para garantir o direito ao voto.

Patrocínio criticou o pouco tempo disponível para cada eleitor no momento do voto. Conforme disse, algumas pessoas demoraram durante a votação para vereador e perde-

ram, assim, o direito de votar para prefeito. É necessário, afirmou, que haja formas alternativas nessas situações, como a votação em cédula impressa ou o retorno posterior à urna. "Os candidatos não podem ser prejudicados."

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) elogiou o trabalho da Justiça Eleitoral, mas destacou que há sérias suspeitas de fraude na cidade goiana de São Domingos. "Somos todos leigos nesse assunto, não temos como fiscalizar", disse. Leomar Quintanilha (PPB-TO) elogiou a contribuição da tecnologia. O senador Iris Rezende (PMDB-GO), por sua vez, destacou a importância da evolução que a sociedade experimenta com a votação eletrônica.

Lúdio cobra medidas para conter ação do MST

“A ocupação de prédios públicos federais já constitui fissura grave na ordem democrática”, alerta o senador, sugerindo ao governo federal providências para evitar que “as rachaduras se somem e levem ao desmoronamento”

Lauro Campos apóia greve de professores e médicos do DF

Os professores e médicos do Distrito Federal devem continuar a greve por reajuste salarial até o êxito final, opinou o senador Lauro Campos (PT-DF), que se reuniu ontem com representantes dos grevistas e parlamentares locais. Lauro afirmou que a política econômica do governo federal colocou em situação difícil os profissionais da saúde e do ensino. Lauro disse que há trabalhadores do ensino no Distrito Federal ganhando menos do que um salário mínimo por mês. Os profissionais do ensino pedem ao governo do Distrito Federal reajuste de 63,8 %.

– Não importa ao governo fe-



Para Lauro Campos, governo só se importa em cumprir o que o FMI exige

deral se a comida dos trabalhadores, sem reajuste salarial há mais de cinco anos, não é a mesma, se a roupa é andrajosa e se a casa é menor. Importa apenas cumprir o que o Fundo Monetário Internacional exige – afirmou.

O senador disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso pede aos trabalhadores o impossível, quando pretende que se submetam sem reclamar a mais de cinco anos de perdas salariais. Lauro citou declaração do presidente, dada cinco anos atrás, segundo a qual, não é possível conseguir o equilíbrio orçamentário e o pagamento da dívida externa, ao mesmo tempo.

Suplicy quer crédito do BNDES para as pequenas empresas

Ao analisar os números oficiais dos desembolsos de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre 1995 e 2000, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) protestou contra o procedimento da instituição de destinar majoritariamente seus financiamentos às grandes empresas, relegando fatias reduzidas às pequenas e médias empresas. Para o senador, essa estratégia colabora para um aumento na concentração de renda no país.

Segundo Suplicy, os desembolsos para as grandes empresas foram 75,4% do total, em 1995, atingindo o pico de 85,9% em 1998, caindo para o patamar de 74% em 2000. No mesmo período de cinco anos, a média dos financiamentos ficou em apenas 10,2% do total, no que diz respeito às micro, pequenas e médias empresas.

Suplicy disse que o presidente



Suplicy: pequenas empresas ficaram com apenas 10% dos recursos

Fernando Henrique Cardoso deveria propor, em sua palestra ontem no BNDES, que o plano estratégico do banco passe a direcionar seus financiamentos para projetos intensivos em geração de empregos e em retorno social, ao contrário do que tem sido feito até agora. “Espero que, desta vez, o discurso governamental se transforme em ações concretas”, afirmou.

ELEIÇÕES

No mesmo pronunciamento, o senador manifestou entusiasmo diante do bom resultado obtido pelo PT nas eleições municipais do último domingo. Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) considerou o desempenho de Marta Suplicy como candidata a prefeita de São Paulo um prenúncio da vitória de uma mulher à Presidência da República. O senador Edison Lobão (PFL-MA) também aparteu Suplicy.

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) afirmou que o governo federal deve tomar a iniciativa de empregar as Forças Armadas para defender o Estado democrático consagrado pela Constituição de 1988. “Vejo, nas táticas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), motivo para ação enérgica em defesa do Estado. A intenção do movimento é instalar o clima pré-revolucionário, agindo, articuladamente, com táticas de avanços e recuos”, disse.

Segundo Lúdio, o MST já demonstrou ter duas faces: a de movimento social e de movimento político que quer fazer desmoronar o Estado democrático, pois sua agenda política não pode mais ser disfarçada. Ele relatou que, no primeiro semestre, o MST foi muito ativo, invadindo prédios públicos e proprie-



Lúdio Coelho afirma que a “agenda política” do MST não pode mais ser disfarçada

dades rurais privadas e interrompendo o fluxo de rodovias. Durante a época eleitoral, seus militantes ficaram recolhidos, mas, passadas as eleições, “voltarão a agir contra a democracia”, garantiu.

Lúdio citou artigos da Constituição atribuindo às Forças Armadas a defesa da pátria, da lei e da ordem.

“A ocupação de prédios públicos federais já constitui fissura grave na ordem democrática. Não devemos esperar que as rachaduras se somem e levem ao desmoronamento. Sob a autoridade suprema do presidente da República, as Forças Armadas precisam estar preparadas para rechaçar tentativas de derrubada do Estado por grupos militantes que não têm compromisso com a democracia”, afirmou.

O senador ainda manifestou preocupação diante das fronteiras brasileiras vulneráveis ao narcotráfico, ao contrabando de armas, à imigração perniciososa, a ações de guerrilhas, ao roubo de cargas e demais formas de banditismo. “Nesses casos cabe, também, às Forças Armadas agirem, antes que nos torneemos uma terra de ninguém”, concluiu Lúdio Coelho.

Ademir defende adoção de penas alternativas para desafogar presídios

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) voltou a defender a adoção, em todo o país, das chamadas penas alternativas, como multas pecuniárias, serviços comunitários e limitação de direitos, com o objetivo de desafogar o sistema penitenciário brasileiro, que considera caótico e desumano.

Ademir Andrade observou que as penas alternativas, além de reduzirem a população carcerária, viriam preservar a dignidade dos detentos, dando-lhes a chance concreta de recuperação e adequado retorno à so-



Ademir: brutalidade tomou conta dos presídios brasileiros

cidade. Para o senador, a clássica pena de privação da liberdade é inócua, especialmente naqueles delitos que não atentam contra a vida.

Depois de afirmar que o sistema penitenciário brasileiro está esgotado e exaurido, Ademir Andrade disse que a “brutalidade, a estupidez e a animalidade” tomaram conta dos presídios espalhados por todo o país, principalmente nos estados do Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná.

Tomando por base recente trabalho desenvolvido pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, que aponta a crescente deterioração da vida nas prisões, Ademir Andrade observou que a realidade prisional brasileira chega às rédeas da barbárie. Ele também denunciou a prática de torturas dentro das prisões e fora delas, levadas à frente por agentes e policiais.

– Quando um juiz condena um cidadão por cometer um crime, ele não está autorizado a impor-lhe, simultaneamente, penas de desumanização. Não tem o direito de extrair do ser humano o que se constitui em sua própria essência: a humanidade – concluiu Ademir Andrade.

Empregadores devem respeitar direito à amamentação, diz Althoff

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) enumerou em discurso ontem os benefícios do aleitamento materno. Conforme o senador, que é pediatra, o leite materno representa todo o alimento necessário até o sexto mês de vida do bebê. A amamentação diminui a incidência de câncer de mama e de colo do útero nas

mães, além de prevenir doenças entre os bebês.

O senador defendeu o respeito pelos empregadores do direito das mães à amamentação. “Quero sensibilizar os parlamentares para a importância desse gesto”, disse. Althoff também registrou a passagem da Semana Mundial da Amamentação.



Althoff registrou a passagem da Semana Mundial da Amamentação